

No balanço patrimonial e nas demonstrações contábeis deve ser observado se:

- referem-se ao último exercício social (ou ao exercício em curso, na hipótese de firma criada no exercício em que se realiza a licitação);
- comprovam a boa situação financeira da empresa;
- foram atualizados por índices oficiais definidos no ato convocatório, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- foram substituídos, o que é vedado, por balancetes ou balanços provisórios.

O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

A comprovação da boa situação financeira da empresa deverá ser avaliada mediante a aplicação de índices contábeis previstos no ato convocatório de forma objetiva. Não podem ser exigidos índices e valores que não são usualmente adotados para avaliação da boa situação financeira de empresas. Os índices exigidos devem estar justificados no processo relativo à licitação.

Na execução de obras, na prestação de serviços e nas compras para entrega futura, a Administração pode exigir comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou as garantias legais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, estabelecidas no ato convocatório. Essas exigências, que não podem ser cumulativas, não excederão os seguintes percentuais máximos:

- capital social mínimo/patrimônio líquido: até 10% do valor estimado da licitação ou
- garantia de participação na licitação (garantia de proposta): até 1% do valor estimado da licitação.

Com relação ao capital social e patrimônio líquido, **é permitido que seja atualizados**, desde a data do balanço até a data da apresentação da proposta, mediante a aplicação de índices oficiais estabelecidos no ato convocatório.

De acordo com o disposto no item 7.2 da IN / MARE nº 5, de 1995, as empresas, quando de suas habilitações em licitações públicas, que apresentarem